

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O TRABALHO COM FAMÍLIAS

Lopes, Claudia Cristina Garcia Piffer – FCT/UNESP-PP
claudiapiffer@ig.com.br

Guimarães, Célia Maria - FCT/UNESP-PP
cmguimaraes@terra.com.br

Área Temática: Educação: Profissionalização docente e formação
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Este texto baseia-se num estudo desenvolvido junto ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp de Presidente Prudente – SP. O tema da pesquisa foram as relações entre instituições de Educação Infantil e famílias. O problema referiu-se ao quadro de desencontro geralmente presente entre ambas. As categorias de análise utilizadas foram: justificativa para a necessidade do trabalho com famílias, propostas de trabalhos com famílias, concepções de: criança, família, Educação Infantil e papel dos profissionais. A análise realizada teve como suporte teórico as abordagens que consideram as inter-relações entre criança, família e Educação Infantil, além de referenciais que concebem a criança como sujeito de direitos, a família como uma construção histórica e social, a Educação Infantil como direito da criança e o papel dos profissionais de Educação Infantil como distinto da família. Foi realizado um Estudo de Caso das Unidades Municipais de Presidente Prudente que atendiam exclusivamente crianças da Educação Infantil. Foi utilizado o procedimento de análise documental e análise de conteúdo dos Planos Diretores das unidades, além da entrevista reflexiva com uma amostra de gestores, professores e famílias das Unidades envolvidas na pesquisa. Os resultados obtidos revelaram uma escassez de publicações na área e permitiram afirmar que as práticas de trabalhos com famílias, em geral, se referem às formas tradicionais - reuniões de pais e os atendimentos individuais, caracterizando-se numa relação vertical e unilateral. Também foi verificada uma falta de clareza quanto ao papel do profissional que lida diretamente com as crianças na sua relação com as famílias, a necessidade de revisão das concepções, a importância de entender o estreitamento das relações com as famílias na Educação Infantil como a garantia de um direito à criança, além da necessidade de investimento na formação dos profissionais para o estabelecimento de interações com as famílias.

Palavras-chave: Famílias; Crianças; Educação Infantil; Formação de profissionais de Educação Infantil.

Introdução

O presente texto foi gerado a partir da pesquisa intitulada “Trabalho com Famílias na Educação Infantil: concepções e práticas” desenvolvida junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente-SP, na Linha de Pesquisa “Práticas Educativas e Formação de Professores”.

Iniciando a discussão, temos contatado uma ambigüidade na relação entre profissionais de Educação Infantil e famílias. Ao mesmo tempo em que admitem a importância da relação família/instituição para o trabalho pedagógico, já que o espaço familiar constitui-se, em geral, no primeiro ambiente no qual a criança convive, costumam ter dificuldades para lidar com os pais ou responsáveis. Ora se sentem desconfortáveis com sua presença nas instituições, ora sua ausência é tida como uma transferência de papéis da família para os educadores. Diversas situações são motivos de queixas por parte dos profissionais: pais que não lêem os bilhetes enviados pela instituição, que não mandam os pertences da criança em ordem, que não aparecem nas reuniões, que atrasam para buscar a criança, que não atualizam números de telefone e assim por diante. Para os profissionais se constrói a imagem de uma família que vê a instituição como “depósito de crianças” - expressão utilizada por muitos educadores.

Por outro lado, observa-se que as famílias também têm questões mal resolvidas com a instituição, manifestadas por comportamentos que passam de demonstrações de desconfiança, disputa, receio em apresentar suas insatisfações por acreditar que seu filho possa não ser bem tratado pelos profissionais. Comumente pais têm queixas quanto à mordida que seu filho recebeu de outra criança, os pertences desaparecidos, o ensino que está “fraco”, enfim, são diversas as situações envolvendo descontentamento por parte das famílias com relação à instituição - e vice-versa.

Sendo assim, um quadro de desencontro tem se instalado e sugerido que a instituição (re)pense formas de trabalhar com as famílias – eis o problema desta pesquisa, o que depende das concepções que possui acerca da criança, da família, da Educação Infantil e de seus profissionais, segundo nossa hipótese.

Vários estudos têm demonstrado o papel da relação entre família e instituições de Educação Infantil para o desenvolvimento a criança. (MAGALHÃES, 2007; PANIAGUA e

PALACIOS, 2007; GOLDSCHIMIED e JACKSON, 2006; MAIMONE & SCRIPTORI, 2005; DAVIES, 2003; MUSITU, 2003; BHERING e DE NEZ, 2002; CORSINO, 2002; GANDINI e EDWARDS, 2002; PORTELA e ATTA, 2002; NUNES e VILARINHO, 2001; ZABALZA, 1998).

Corroborando tais estudos, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), documento do Ministério da Educação e Cultura – MEC aponta a *relação estabelecida com as famílias das crianças* como um dos aspectos relevantes para a melhoria da qualidade na Educação Infantil.

Em se tratando da Educação Infantil, a importância da relação com as famílias se intensifica, pois “[...] quando as crianças estão iniciando a vida escolar, é fundamental que os pais conheçam, conheçam a nossa proposta e nos deixem conhecer.” (SANTOS, 2001, p. 110), daí a relevância desta pesquisa nesta modalidade de ensino.

A discussão presente neste texto assume a idéia de que criança, família e instituição de Educação Infantil mantêm relações entre si, resultado de determinações históricas, sociais, por isso, a importância de se pensar a criança considerando o conjunto desses fatores que se inter-relacionam.

Essa perspectiva de considerar a criança no contexto de suas relações encontra respaldo nas teorias contextualistas como a teoria ecológica do desenvolvimento humano e o modelo bioecológico de Bronfenbrenner, tendência observada em vários estudos que tratam da relação família/escola (MAGALHÃES, 2007; MONDIN, 2006; MUSITU, 2003, AMORIM, VITÓRIA e ROSSETTI-FERREIRA; 2000; ZAMBERLAN e BIASOLI-ALVES, 1997).

De maneira geral, o primeiro contato que a criança estabelece com o mundo desde o seu nascimento se dá através do meio familiar, não importando o modelo de família, seja ele nuclear ou qualquer outro, com os mais diversos tipos de composições familiares, transmitindo à criança noções, maneiras de ser, de agir e de sentir, ainda que outras agências ou mesmo alguns espaços exerçam papel socializador sobre a criança (SETTON, 2005; ALVES-PINTO, 2003; ROMANELLI, 2003; ZAMBERLAN e BIASOLI-ALVES, 1997; GOMES, 1994).

A concepção de família assumida nesta pesquisa baseia-se nas idéias de Szymanski (1992), segundo a qual o conceito de família muitas vezes idealizado no imaginário coletivo como a família nuclear precisa ser compreendido considerando-se a família como produto de

determinações sociais, históricas, culturais. “Mudanças nos padrões que governam a sexualidade dissociaram a família do casamento, aumentando as possibilidades de configurações que o grupo familiar pode tomar” (CENPEC, 1999, p.15).

Acreditamos ser necessário refletir sobre a concepção de família considerando-a como uma construção histórica e social e, que, portanto, está em permanente mudança, desfazendo-nos da concepção de família como algo natural e atrelado a um modelo pré-estabelecido.

Diversas práticas apontam para um modelo de família idealizada, porque se acredita que há um modelo de ser família e de educar os filhos e tudo o que se desvia desse padrão deve ser “corrigido”, sob o risco de a família tornar-se uma ameaça ao desenvolvimento da criança.

No lugar de práticas voltadas para a instrução das famílias, o que se defende neste trabalho é a necessidade de uma continuidade entre família e escola, no sentido de uma congruência no que se refere à educação da criança baseada no apoio mútuo, enriquecendo e facilitando o seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem. (MAGALHÃES, 2007; ALVES-PINTO, 2003; MUSITU, 2003), o que remete a uma concepção de família como aquela capaz de contribuir para com o desenvolvimento da criança, juntamente com a instituição de Educação Infantil.

A partir desta concepção de família vista numa relação de parceria com as instituições dedicadas à primeira infância, a concepção de criança defendida é aquela que possui direito a um atendimento de qualidade, portanto, concebida como sujeito de direitos, de acordo com o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990.

Também é defendida neste trabalho a idéia de que “cada criança é valorizada como criança, não somente pelo que os adultos querem que ela venha a se tornar no futuro”. Nessa concepção “ela é tida como ativa e participativa, como um aprendiz mais do que como um alvo de ensino”. (GANDINI e EDWARDS, 2002).

Assumir tal concepção implica numa postura perante a realização de trabalhos voltados às famílias que, além de considerar as crianças como pessoas que têm direito a um ambiente favorável de aprendizagem marcado pelo diálogo entre instituição e família, também as entende como participantes ativas desse processo.

Para ilustrar essa afirmação, há autores que tratam a relação família/escola considerando os trabalhos realizados com as crianças como uma das formas de aproximação

das famílias, especialmente sob a forma de “documentação das experiências das crianças” (GANDINI E EDWARDS, 2002; MANTOVANI, 2002; SPAGGIARI, 2000). Outros estudos abordam a relação família/escola a partir do entendimento das próprias crianças, o que demonstra o reconhecimento da capacidade destas.

A partir da concepção de criança apresentada, tem-se uma concepção de educação infantil voltada à criança e para o seu desenvolvimento integral, com a ampliação de seus conhecimentos e elaboração de outros, comprometida com seu “aqui e agora”, não uma preparação para a aprendizagem escolar, conforme Dahlberg (2003).

O artigo 21, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96 define a Educação Infantil como “primeira etapa da educação básica”. No artigo 29 aborda a finalidade da Educação Infantil: “O desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Além disso, a lei exige que as creches e pré-escola devam integrar-se aos sistemas de ensino. A partir de então, evidencia-se o caráter educativo a ser assumido pelas instituições destinadas à primeira infância, já que historicamente estas possuíam um caráter basicamente assistencial, voltadas às crianças geralmente carentes, cujas mães necessitavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos, recorrendo, portanto, às instituições.

A concepção defendida é de que, além de se constituir um local para todas as crianças, sem o estigma de um lugar para a criança pobre ou de preparação para a aprendizagem escolar, como historicamente é vista, a instituição de Educação Infantil possui sua especificidade, diferenciando-se da família.

Em razão disso, os profissionais de Educação Infantil também não podem ser considerados como pais e mães substitutos, segundo Dahlberg (2003).

Se o profissional de Educação Infantil não deve ser um substituto da família, entendemos que este deve, de fato, assumir o papel de profissional, possuindo competência para realizar seu trabalho, superando a idéia de que para ser educador de crianças basta ser mãe ou “ter jeito”.

No lugar de substituição e inversão de papéis, o papel do profissional consiste em desenvolver práticas de aproximação entre pais e educadores, construindo uma parceria. (TIRIBA, 2001).

Assim, os profissionais assumem um papel importante na relação entre instituição de Educação Infantil e famílias. “Os professores parecem ser os primeiros artesãos, até mesmo os responsáveis pelo que a escola faz às famílias.” (PERRENOUD, 2000, p. 112).

Perrenoud (2000, p.113) aponta a necessidade do desenvolvimento da competência de informar e envolver os pais, dentre outras competências do professor.

Apesar dessa necessidade, a formação do profissional para o trabalho com as famílias não tem sido satisfatória.

Campos (1999) revela que na pesquisa realizada por Gatti e colaboradores (1994) os professores entrevistados queixam-se da falta de preparo para esse trabalho.

Oliveira (2002, p.178) cita que “a formação inicial dos professores de educação infantil tem sido apontada como fonte de obstáculos para uma produtiva relação entre instituição educacional e família”.

Musitu (2003) aponta a deficiente capacitação como uma das dificuldades referentes às relações escola-família.

Maimone e Scriptori (2005) constataram a necessidade de uma intervenção na formação continuada de educadores ao verificar, a partir de pesquisas, que não existiam estratégias de envolvimento das famílias com o trabalho desenvolvido na creche.

Magalhães (2007) afirma que as realidades americana e portuguesa apontam a falta de formação dos profissionais como uma das grandes barreiras ao envolvimento familiar.

Diante desse quadro, se faz necessário pensar no preparo, durante a formação inicial e em serviço, dos profissionais para a realização de trabalhos com as famílias, considerando o papel que as concepções exercem sobre as relações com as famílias, influenciando ou, até mesmo, determinando-as.

Relatando a pesquisa

Considerando tal contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as relações que se estabelecem entre famílias e instituições de Educação Infantil, bem como as concepções que as determinam, visando contribuir com a reflexão sobre o assunto, tendo em vista o enfrentamento do quadro de desencontro geralmente presente entre ambas.

Foram propostos como objetivos específicos da pesquisa a identificação e análise das propostas de trabalhos com famílias existentes nas unidades de Educação Infantil que

atendem exclusivamente crianças na faixa etária compreendida entre zero e seis anos¹, mantidas pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, buscando verificar quais concepções (de criança, família, Educação Infantil e papel dos profissionais) têm como base.

Também foi definido como objetivo específico contribuir para o direcionamento de possíveis ações de formação destinadas aos profissionais da Educação Infantil, a partir das reflexões suscitadas pelos resultados da pesquisa.

Além disso, esta pesquisa objetivou enfatizar a importância do papel dos profissionais que lidam diretamente com a criança na realização de interações entre família e instituições de Educação Infantil.

Em razão das características da pesquisa ora explicitadas, foi utilizada a Abordagem Qualitativa, do tipo Estudo de Caso, pois consiste no estudo do caso das instituições de Educação Infantil de Presidente Prudente – SP.

Optei por restringir a pesquisa às unidades escolares que atendiam exclusivamente crianças da Educação Infantil – as denominadas EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil), já que o foco deste estudo são as relações entre as famílias e as instituições de Educação Infantil, totalizando doze unidades escolares.

O desenvolvimento da pesquisa contemplou três fases, de acordo com Lüdke e André (1984), que consistem em:

Fase 1 - Fase Exploratória

Nesta fase foi realizado um levantamento bibliográfico para exame da literatura sobre o assunto e estabelecidos contatos iniciais para obtenção de dados.

Fase 2 - Obtenção de dados

A obtenção dos dados foi realizada a partir da utilização das seguintes técnicas:

¹ Embora a Resolução CNE/CEB nº. 03/05 institua normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração, o Parecer CNE nº. 18/05 oriente sobre a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental e a Deliberação CEE - 73/2008 regulamente a implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, no município de Presidente Prudente as mudanças ainda não foram implantadas, permanecendo assim, a Educação Infantil até os seis anos de idade, por isso, neste trabalho, será realizada referência à Educação Infantil de zero a seis anos, quando tratar-se da realidade do município de Presidente Prudente.

Análise Documental

Os dados foram obtidos a partir da análise documental dos planos diretores das doze EMEIs da rede municipal de Presidente Prudente, unidades que atendem exclusivamente crianças da Educação Infantil, considerando o triênio 2006-2008.

A opção por analisar os Planos Diretores justificou-se pelo fato de que este se constitui no “plano global da instituição” (VASCONCELOS, 2000, p.169).

Entrevista reflexiva

Foi utilizada a entrevista reflexiva segundo Szymanski (2002). De acordo com a autora, “a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana” (SZYMANSKI, 2002, p.12).

Foram realizadas entrevistas com uma amostra de gestores, professores/ADIs e mães de alunos, sendo sorteadas duas Unidades Escolares, uma com atendimento exclusivo a crianças entre zero e três anos de idade e outra com atendimento exclusivo a crianças entre quatro e seis anos de idade. Embora não se constitua como objetivo específico desta pesquisa analisar o trabalho com famílias de acordo a variável da faixa etária das crianças atendidas, tal aspecto foi considerado como critério para a seleção das unidades escolares porque traz contribuições importantes para o trabalho, pois conforme constatado em estudos, quanto menor a criança, mais intenso deve ser o contato com as famílias.

O critério para participação na entrevista foi por adesão. As entrevistas, em cada unidade escolar, foram realizadas na seguinte ordem: primeiro com o gestor, no caso, com o Orientador Pedagógico. Em seguida, com o professor/ADI e, por último, com a mãe. Essa opção foi feita com o objetivo de que as informações prestadas pela escola fossem colocadas para as famílias com o intuito de que essas pudessem se manifestar a respeito.

As questões para a entrevista foram elaboradas a partir das interrogações suscitadas por ocasião da análise dos Planos Diretores e considerando a perspectiva da Entrevista Reflexiva (Szymanski, 2002).

Foram elaborados dois roteiros de entrevista – um para gestores e professores/ADIs e outro para as famílias.

O uso dos termos “escola”, “unidade escolar”, “instituição de Educação Infantil” são utilizados no decorrer deste texto como semelhantes. Não estamos, porém, adotando o termo “escola” com o caráter de escolarização precoce.

Fase 3 - Análise e interpretação sistemática de dados e elaboração do relatório

A análise de dados esteve presente em todas as etapas do trabalho, porém, de forma mais sistematizada ao final da obtenção de dados, na qual foi realizada a classificação e organização dos dados, com a finalidade de estabelecer relações que possibilitaram interpretações para a realidade pesquisada.

O procedimento para a análise dos dados levantados na bibliografia pesquisada, dos Planos Diretores das Emeis e das entrevistas consiste numa análise categorial temática (Bardin, 1977). A referida técnica de análise de conteúdo foi utilizada a partir de categorização prévia e indicadores qualitativos: presença (ou ausência) e quantitativos: frequência.

As categorias de análise foram selecionadas em função de sua relação com o objeto de pesquisa, a saber:

- justificativa para a necessidade do trabalho com famílias;
- propostas de trabalhos com famílias;
- concepções de:
 - . criança
 - . família
 - . Educação Infantil
- papel dos profissionais

Os dados obtidos através da análise dos Planos Diretores das EMEIs e das entrevistas realizadas permitiram afirmar que muitas vezes foi encontrado um fosso entre as concepções declaradas e as concepções subjacentes às práticas de trabalho com famílias. A análise das práticas permitiu construir dados da realidade acerca das concepções. As justificativas para a necessidade do trabalho com famílias não se situaram, na sua maioria, em questões relacionadas à criança e seu direito a uma educação de qualidade, mas enfatizaram dificuldades ligadas às famílias, que são concebidas como responsáveis, em boa parte, pelos

problemas da criança, além de pouco participativas e interessadas. Porém, nas entrevistas, os discursos dos profissionais começaram a sinalizar a emergência de novas concepções.

A participação e interesse das famílias são entendidos pelas Unidades Escolares como comparecimento às reuniões de pais, demonstração de preocupação com a criança, além da presença em eventos, festas e colaboração em promoções da escola.

Foi constatada uma ênfase das formas tradicionais de trabalho com famílias - reuniões de pais e os atendimentos individuais que se fizeram presentes em todos os Planos Diretores analisados e nas entrevistas realizadas.

As palestras com especialistas não apresentaram o mesmo destaque nas entrevistas que nos Planos Diretores devido às dificuldades encontradas pelas instituições para efetivá-las e não porque foi assumida uma postura crítica dos profissionais quanto à sua realização.

Foi observada a predominância de práticas caracterizadas por trabalhos *para* as famílias, em detrimento de práticas de trabalhos *com* as famílias, apresentando-se uma relação vertical na qual as Unidades oferecem seu saber, seu conhecimento às famílias que, segundo concepção das instituições, necessitam de orientação, informação, esclarecimento, conscientização.

Também foi verificada a presença de uma relação unilateral com as famílias evidenciada pelo fato de os temas das reuniões, encontros, conversas com os pais surgirem a partir da iniciativa da escola. Apareceu a possibilidade de abertura aos pais, mas com a condição de eles se manifestarem.

Não foi constatada uma discussão acerca de como fomentar a participação das famílias, porém, tornar as reuniões de pais mais agradáveis mostrou-se como um caminho encontrado por uma das Unidades para levar as famílias a participarem mais.

Com relação à idéia de continuidade entre instituições de Educação Infantil e famílias tal como defendida neste trabalho, esta demonstrou encontrar respaldo nos discursos verbais das entrevistadas, porém o seu caráter evidenciado pelas práticas revelou uma relação na qual a continuidade se processa a partir de um referencial ditado pela instituição que é vista como superior, inclusive pelas próprias famílias.

Foi evidenciada na postura das mães entrevistadas uma atitude de defesa da escola e de acusação dos pais. Estas se apresentaram como porta-vozes, espelhos da escola.

Também foi destacado o fato de que a concepção da instituição de Educação Infantil na modalidade de creche ainda recebe influências da visão assistencialista a que

historicamente está atrelada, pois o caráter do atendimento oferecido na instituição repercutiu-se na postura das mães com relação a esta. Enquanto que na creche a posição assumida pela mãe demonstrou ser a de gratidão e favorecimento, na instituição que atende a crianças de pré-escola em período parcial, tal postura não foi constatada.

Um outro aspecto a considerar refere-se ao fato de a participação dos pais ser limitada quando esta diz respeito ao terreno pedagógico, campo de atuação dos professores. Através das entrevistas, não foi constatada a limitação da participação dos pais na creche, mas sim na instituição de pré-escola, sugerindo que as questões de caráter educativo, pedagógico, não sejam enfatizadas quando se refere à criança mais nova, cuja preocupação central se situa nos cuidados, o que pode caracterizar uma dicotomia entre cuidado e educação.

As entrevistas que os professores/A.D.I.s fazem com os pais ou responsáveis no início do ano durante o período de adaptação apresentou-se como uma forma que a instituição utiliza para conhecer as famílias, porém, o perfil das famílias atendidas obtido através das entrevistas realizadas pelas instituições demonstrou ser aplicado em contextos isolados.

Interessante também pontuar que os relatos das mães demonstraram a presença de um conhecimento de nível ainda superficial da instituição com relação às famílias, como também demonstrou ser de nível superficial o conhecimento que as famílias possuem da escola, limitando-se a aspectos físicos, conforme constatado através das entrevistas realizadas com as mães.

Outro ponto destacado é que a concepção de criança como capaz de colaborar no estreitamento das relações entre família e instituição de Educação Infantil não foi evidenciada, pois apareceu com baixa frequência nos Planos Diretores a realização de atividades com as crianças no trabalho com as famílias e, quando citadas nas entrevistas, não demonstraram ter como foco a aproximação das famílias. A concepção de criança como aluno demonstrou ser predominante, entrelaçando-se com a concepção de Educação Infantil numa tendência escolarizante, no sentido de aproximar-se de práticas do Ensino Fundamental.

Também foi constatada uma falta de clareza quanto ao papel do profissional que lida diretamente com as crianças no que diz respeito ao trabalho com as famílias, conforme análise dos dados dos Planos Diretores e das entrevistas realizadas.

Finalizando, através das entrevistas junto aos profissionais, foi possível observar que não é unânime a idéia de que estes estejam preparados para compreender as famílias e suas demandas.

Considerações Finais

Diante dos pontos apresentados, foi observado no Estudo de Caso realizado a emergência das concepções de família, de criança, de Educação Infantil, de profissionais que se inter-relacionam e nos apontam alguns desafios.

Situar a necessidade do estreitamento de relações com as famílias como um parâmetro de qualidade no atendimento à criança e garantia de um direito demonstra ser imprescindível, na medida em que se focaliza a criança como um sujeito de direitos.

Encarar a família como parceira traz implicações para a prática, pois a instituição deixa o estatuto de superioridade para adotar uma postura de diálogo e colaboração mútua, realizando mais trabalhos *com* as famílias, ou seja, atuando em conjunto com estas em benefício da criança.

Conhecer as famílias e se deixar conhecer implica numa atitude de abertura da instituição para as famílias, reconhecendo-as como importantes e bem-vindas para o processo educativo da criança.

Ter clareza dos papéis a serem desempenhados na relação com as famílias também se constitui num fator fundamental, tanto por parte dos profissionais que lidam diretamente com a criança, como dos gestores, tendo em vista a especificidade dos contextos – casa e instituição de Educação Infantil.

Segundo acreditamos, o grande desafio que se coloca é a questão da formação dos profissionais, devendo atuar nas duas dimensões inter-relacionadas: nas concepções – de criança, família, Educação Infantil, profissionais e nas práticas.

A propositura deste trabalho se refere ao lançamento de um olhar sobre as relações entre família e instituições de Educação Infantil, buscando entendê-las a partir das concepções que as sustentam e considerando os diversos entrelaçamentos entre estas, num convite à reflexão e ao debate, sobretudo acerca da formação dos profissionais.

REFERÊNCIAS

ALVES-PINTO, C. Da socialização familiar à socialização escolar: representações de pais e alunos sobre as práticas educativas familiares. In: ALVES-PINTO, C.; TEIXEIRA, M. **Pais e Escola: parceria para o sucesso**. Porto, Portugal: ISET, 2003, p. 21-70.

AMORIM, K.S.; VITÓRIA, T.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Rede de significações: perspectiva para análise da inserção de bebês na creche. **Cadernos de Pesquisa**, nº. 109, p.115-144, março/2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, Lisboa: Edições 70, 1977.

BHERING, E.; DE NEZ, T.B. Envolvimento de pais em creche: possibilidades e dificuldades de parceria. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.18, n.1, Brasília, jan./abr. 2002.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo:Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Básica, 2006.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAMPOS, M.M. A formação de professores para a criança de 0 a 10 anos: modelos em debate. **Educação e Sociedade**, vol. 20, nº. 68, Campinas, dez. 1999.

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Ong: Parceira da família**. São Paulo: CENPEC, 1999.

CORSINO, P. **Relação família e escola na Educação Infantil: algumas reflexões**. Boletim Salto para o Futuro. TV escola, Brasília: Secretaria da Educação à distância – SEED – Ministério da Educação, 2002. Disponível em: www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2002

DAHLBERG, G. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DAVIES, DON. A colaboração escola-família-comunidade: uma perspectiva americana. In: ALVES-PINTO, C. e TEIXEIRA, M. **Pais e Escola: parceria para o sucesso**. Porto, Portugal: ISET, 2003, p. 71-94.

GANDINI, L.; EDWARDS, C. (Orgs.) **Bambini: a abordagem italiana à educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GOLDSCHMIED, E.; JACKSON, S. **Educação de 0 a 3 anos. O atendimento em creche**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOMES, J.V. Socialização primária: tarefa familiar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.91, p.54-61, nov. 1994.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MAGALHÃES, G.M. **Modelo de colaboração jardim-de-infância/família**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

MAIMONE, E. H.; SCRIPTORI, C.C. Estratégias de participação de pais no processo de formação continuada de professores em creche. **28ª Reunião anual da ANPED**, 2005, Caxambu-M, p. 1-16.

MANTOVANI, S. (org.) **Saudade do futuro. Liberar esperanças para uma cultura da infância**. Milão: Edições Júnior, 2002.

MUSITU, G. A bidirecionalidade das relações família/escola. In: ALVES-PINTO, C.; TEIXEIRA, M. **Pais e Escola: parceria para o sucesso**. Porto, Portugal: ISET, 2003, p. 141-174.

MONDIN, E.M.C. **Contexto e comportamento: definindo as interações na família e na pré-escola**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

NUNES, D.G.; VILARINHO, L.R.G. "Família possível" na relação escola-comunidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2001, vol.5, número 2, p. 21-19.

OLIVEIRA, Z.R. de. **Educação infantil: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PANIAGUA, G.; PALACIOS, J. **Educação Infantil: resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PORTELA, A.L., ATTA, D.M.A. **A dimensão pedagógica da educação**. Boletim Salto para o Futuro. TV escola, Brasília: Secretaria da Educação à distância – SEED – Ministério da Educação, 2002. Disponível em: www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2002

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B de, **A família contemporânea em debate**, São Paulo: Cortez, 2003, p. 73-88.

SANTOS, A. N. de C. et al. In: GARCIA, R.L; FILHO, A.L. (orgs) **Em defesa da Educação Infantil**, Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 109-133.

SETTON, M.G.J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social**, vol. 17, nº. 2, São Paulo, nov. 2005.

SPAGGIARI, S. A parceria comunidade-professor na administração das escolas. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 105-112.

SZYMANSKI, H. **Trabalhando com famílias**. Instituto de Estudos Especiais, PUC SP, março/1992.

_____ (org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Editora Plano, 2002.

TIRIBA, L. Pensando mais uma vez e reinventando as relações entre creche e famílias. In: GARCIA, R.L; FILHO, A.L. (orgs) **Em defesa da Educação Infantil**, Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 59-80.

VASCONCELOS, C. S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 7. ed., São Paulo: Libertad, 2000.

ZABALZA, M. Os dez aspectos-chave de uma educação infantil de qualidade. In: _____. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 49-62.

ZAMBERLAN, M.A.T.; BIASOLI-ALVES, Z.M.M. **Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção**. Londrina: Editora UEL, 1997.